

23 JUL 2005

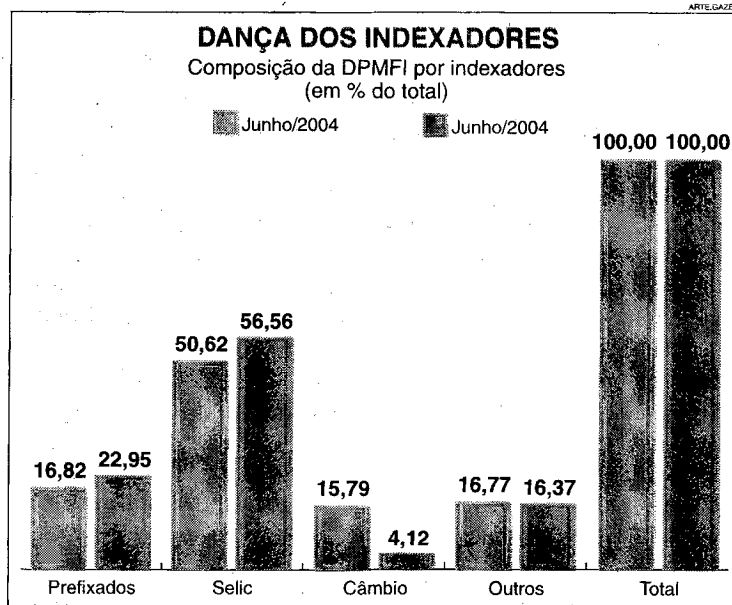
Aumenta a participação de prefixados

Estoque cresce 2% em junho; parcela de títulos atrelada à Selic permanece em patamar elevado

KELLY OLIVEIRA
BRASILIA

Os juros altos têm ajudado a aumentar a dívida brasileira interna em títulos. O estoque da dívida (cujo nome oficial é Dívida Pública Mobiliária Federal Interna-DPMFi) ultrapassou, pela primeira vez, a casa dos R\$ 900 milhões. De acordo com nota divulgada por Tesouro Nacional e Banco Central a dívida atingiu em junho, R\$ 905,5 bilhões. O resultado representa um aumento de 1,98% em relação a maio (R\$ 887,9 bilhões), devido à emissão líquida de títulos e da incidência de juros sobre a dívida, que chegou a R\$ 13,28 bilhões.

Um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da dívida são os títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic. Quanto mais alta estiver a taxa, maior é o valor que o governo tem que pagar pelos juros dos títulos. A Selic permaneceu em 19,75%, de acordo com a decisão do Copom desta semana. Segundo os dados do Tesouro, a participação desses títulos em poder do público apresentou uma leve redução, no mês de junho, passando de 57,8% para 57,1% — mesmo assim, continua bem mais alta que há um ano, como se vê no gráfico. Isso foi possível porque o governo fez um resgate líquido de R\$ 4,3 bilhões de Letras Financeira do Tesouro (LFT). Entretanto, a participação desses títulos está



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

um pouco acima do estabelecido pelo Plano Anual de Financiamento (PAF): de 47% a 57%.

A parcela da dívida prefixada em poder do público, portanto não sujeita às oscilações

do mercado e da taxa Selic, aumentou para 23%, ante os 22,1% do mês passado e vem subindo: foi de 16,8% em junho de 2004. Esse aumento é resultado da emissão líquida de

R\$ 9 bilhões e o resultado está dentro da margem de 20% a 30% estabelecido pelo PAF.

Já a parte da dívida remunerada pela variação da taxa de câmbio vem caindo drasticamente: baixou de 15,8%, em junho de 2004, para 4,12%.

Segundo o coordenador da Dívida Pública do BC, Paulo Valle, os resultados estão dentro do planejado pelo governo, que é de reduzir o volume da dívida pós-fixada e da parcela atrelada ao câmbio.

A nota conjunta do BC e Tesouro indica informa ainda que o prazo médio das emissões aumentou de 22,9 meses em maio para 27,1 meses em junho. Esse prazo está abaixo do intervalo de 28 a 34 meses previsto no PAF. Entretanto, segundo Valle, o governo se ajustará ao PAF com relação ao prazo até o final do ano. "É só sazonalidade. O prazo vai continuar a aumentar".